

O BRICS E A MULTIPLOIDIZAÇÃO DA GOVERNANÇA GLOBAL: NAVEGANDO PELOS CAMINHOS PÓS-HEGEMÔNICOS

Nehme Al Khawly¹

Amir Reza Emami²

Introdução

O cenário geopolítico mundial passa por transformações profundas, impulsionadas pelas dinâmicas em mudança das relações de poder internacionais. Historicamente caracterizada pela unipolaridade sob o domínio dos EUA, a ordem internacional contemporânea gravita cada vez mais em direção à multipolaridade (Ashford e Cooper 2023; Geeraerts 2011: 60). Essa transição é significativamente influenciada pelos países do BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –, que representam coletivamente uma força em ascensão que desafia as estruturas hegemônicas tradicionais, exercendo influência expressiva nessa mudança (Butler 2018, 18; Armijo 2007, 9)³. A emergência do BRICS simboliza uma forma distinta de cooperação Sul-Sul e representa um esforço deliberado dos Estados do Sul Global para remodelar a governança global em direção a uma configuração pós-hegemônica⁴.

1 Notre Dame University-Louaize, Zouk Mosbeh, Líbano. E-mail: nehme.alkhawly@ndu.edu.lb. ORCID: 0000-0002-2221-8532.

2 Universidade de Yazd, Yazd, Irã. E-mail: amirreza.emami1993@outlook.com. ORCID: 0000-0002-6466-1700.

3 Esse estudo concentra-se na transformação pós-hegemônica da política internacional, distinguindo-se do aspecto contra-hegemônico. Essa transição de uma ordem unipolar para uma multipolar não implica o fim total da influência estadunidense. Na realidade, o status dos EUA como a única superpotência no pós-Guerra Fria tem sido contestado, e suas capacidades e seu poder têm declinado; no entanto, o país permanece uma força dominante. Para leituras adicionais, ver Mir Hosseini et al. (2021).

4 No entanto, cabe ressaltar que o BRICS, tal como se apresenta, não constitui uma aliança histórica coesa de oposição à hegemonia estadunidense. Alguns estudiosos

Apesar de extensos estudos sobre o advento da multipolaridade e seu impacto na governança global (Garzón 2017; Efstathopoulos 2016; Shaw et al. 2009), uma lacuna de conhecimento significativa sobre as políticas e métodos específicos empregados pelo BRICS para efetivamente contrapor a hegemonia americana persiste. Um aspecto particularmente pouco estudado é a interação nuançada entre o dinamismo econômico, as capacidades militares e a influência cultural no contexto do BRICS, bem como seu efeito cumulativo sobre a multiploidização mundial.

Visando suprir essa lacuna, esta pesquisa busca avaliar de forma abrangente o papel da aliança BRICS na facilitação da multiploidização da governança global. O problema central deste estudo é: “Como a aliança BRICS contribui para a multiploidização da governança global?”. Enquanto o termo multipolarização refere-se tradicionalmente à distribuição de poder entre múltiplos atores soberanos no sistema internacional, a multiploidização remete a uma transformação mais profunda: não apenas a difusão do poder, mas também o surgimento de arquiteturas de governança paralelas, normas alternativas e inovações institucionais lideradas pelo Sul Global que desafiam a universalidade hegemônica. Conforme empregado neste artigo, o termo multiploidização descreve o reordenamento qualitativo da governança global, pelo qual atores do Sul Global – especialmente o BRICS – deixam de apenas participar de instituições existentes e passam a remodelar ativamente sua estrutura e legitimidade. É um termo tanto descritivo quanto analítico que destaca um mundo não mais centrado em um único polo ou lógica de governança, mas caracterizado por múltiplos polos de agência, soberania e autoridade normativa (Gürçan 2019; Kiely 2015; Quiliconi e Kingah 2016). Este artigo analisa as implicações estratégicas da cooperação Sul-Sul e esclarece as mudanças mais amplas nas dinâmicas de poder internacionais decorrentes do declínio da hegemonia dos EUA⁵.

argumentam que as iniciativas do BRICS podem não promover uma cooperação Sul-Sul genuína, mas sim perpetuar desigualdades existentes entre nações emergentes. Apesar dessas perspectivas, o BRICS desempenha um papel fundamental na configuração de estruturas de governança global e no fomento ao desenvolvimento internacional. Para mais informações, ver Juncal (2018) e Gu et al. (2016).

5 Essa interpretação se alinha com as recentes reflexões de Barry Buzan sobre os BRICS como uma expressão de “pluralismo profundo” – uma configuração diplomática que, embora excessivamente heterogênea para construir um bloco fortemente integrado, desempenha, contudo, um papel fundamental na transição de uma ordem centrada no Ocidente para outra caracterizada por uma distribuição mais difusa de riqueza, conhecimento e autoridade de governança. Conforme argumenta Buzan, o BRICS aglutina uma insatisfação compartilhada com a extensão excessiva da dominância financeira dos EUA e da Europa sobre as instituições intergovernamentais

Ao avaliar o papel do BRICS, este estudo distingue duas vias causais: (1) a erosão direta da hegemonia estadunidense por meio de contramedidas institucionais, econômicas e geopolíticas deliberadas; e (2) a expansão estratégica da influência do BRICS em espaços de governança global enfraquecidos pelo declínio da legitimidade ocidental. Embora essas dinâmicas estejam inter-relacionadas, essa distinção esclarece os mecanismos pelos quais o BRICS contribui para a multiploidização. Em alguns casos – como na promoção da desdolarização ou na criação de instituições de desenvolvimento paralelas – o BRICS atua como um desafiante direto. Em outros – como ao preencher lacunas no financiamento global de infraestrutura ou na governança de saúde pública –, atua como arquiteto oportunista do sistema em uma ordem internacional em transformação.

Embora estudos como Bastanifar et al. (2025) e Jacobs & Van Rossem (2014) examinem fatores econômicos e geopolíticos, suas análises frequentemente se concentram em dimensões selecionadas ou em comparações par a par, em vez de integrar sistematicamente as dimensões econômica, militar, institucional e cultural (*soft power*). Trabalhos anteriores, como o de Moch (2024), e comparações empíricas, como as da *Cogent Social Sciences*, basearam-se principalmente em medidas comparativas ou em dados empíricos sobre capacidades econômicas e militares. Esses estudos muitas vezes oferecem análises comparativas quantitativas, sem examinar aprofundadamente as interações estratégicas entre essas diversas dimensões e suas implicações geopolíticas cumulativas. Pesquisas anteriores enfatizaram principalmente o BRICS como economias emergentes que desafiam a dominância econômica ou o compararam a grupos de poder tradicionais (G7). Embora aspectos geopolíticos sejam abordados, uma análise explícita e detalhada do papel direto do BRICS na configuração de um sistema de governança global pós-hegemônico constitui uma questão analítica menos central. Nossa pesquisa destaca explicitamente a transição de uma governança unipolar (dominada pelos EUA) para uma multipolar (pós-hegemônica) e detalha como o BRICS está criando estrategicamente estruturas de governança alternativas (como a Organização para Cooperação de Xangai, o Novo Banco de Desenvolvimento e iniciativas como a desdolarização) para promover uma ordem multipolar centrada no Sul Global. Essa mudança explícita e evidente

mundiais. De modo semelhante, Michael Cox observa que, apesar de divergências internas, o BRICS detém cada vez mais legitimidade mundial como uma plataforma liderada pelo Sul para governança pós-hegemônica. Tais perspectivas ressaltam a importância de analisar os BRICS não como um bloco coeso, mas como uma coalizão funcional que promove alternativas estratégicas e pluralistas às estruturas globais dominadas pelo Ocidente (Buzan 2025; Cox 2025).

nos sistemas de governança global representa uma distinta contribuição e inovação.

A originalidade da presente pesquisa reside, portanto, na avaliação geopolítico-econômica integrada (econômica, militar, institucional e cultural), que fornece um arcabouço analítico estratégico abrangente que leva em consideração implicações geopolíticas cumulativas e destaca uma análise explícita do papel do BRICS na configuração ativa de uma arquitetura de governança global pós-hegemônica.

Metodologicamente, o estudo emprega uma estrutura de análise comparativa, valendo-se de fontes de dados primários e secundários. Ele avalia a influência relativa do BRICS em dinamismo econômico, poder militar, capacidade institucional e influência cultural (*soft power*). Essa abordagem multidimensional permite uma avaliação robusta de como o BRICS, coletivamente, rompe com hierarquias tradicionais e constrói estruturas de governança alternativas, como a promoção da desdolarização e a criação do Novo Banco de Desenvolvimento. Em última análise, o estudo argumenta que a participação ativa do BRICS na governança global sinaliza uma transformação crucial: a transição de um sistema unipolar liderado pelos EUA para uma ordem internacional mais diversificada e multipolar, remodelando fundamentalmente a arquitetura da governança global do século XXI.

A interação geopolítico-econômica: os EUA vs. o BRICS

Murray (2012) identifica seis elementos de dinamismo econômico: poder militar, domínio territorial e controle sobre recursos naturais, poder demográfico, capacidade institucional e cultura global, essenciais para distinguir as potências e determinar a polaridade. Brady (2017) destaca as ambições militares, financeiras e científicas nos polos de poder que têm o potencial de transformar as dinâmicas de poder mundiais. Dodds e Powell (2013) enfatizam a necessidade de uma compreensão abrangente da política identitária, da governança e da segurança nessas regiões. A análise coletiva dessas obras ilustra a dinâmica complexa da polaridade, integrando dimensões culturais, militares e econômicas na política mundial (Murray e Brown 2012; Murray 2012; Brady 2017; Dodds e Powell 2013). Esse estudo examina a crescente influência do BRICS por meio de uma estrutura tridimensional que abrange dinamismo econômico, força militar, capacidade institucional e influência cultural, baseando-se no consenso acadêmico e na revisão de fontes primárias e secundárias. Sob uma perspectiva geopolítica e econômica, essas três características constituem indicadores significativos da hegemonia

global. O domínio dessas determinantes, especificamente por uma única nação, corresponde a uma ordem internacional unipolar. Por outro lado, em diversos casos, um cenário no qual outras nações, especialmente o BRICS, rompem esse monopólio de poder indicaria uma transição para uma ordem multipolar. A política internacional da década de 1990 foi marcada por uma tendência unipolar. Em contrapartida, a década de 2000 foi caracterizada pela multipolarização da política mundial, durante a qual rivais do Sul crescentemente desafiaram a hegemonia global dos Estados Unidos.

Este artigo operacionaliza o conceito de multiploidização ao examinar três características inter-relacionadas da contribuição coletiva dos países do BRICS para a governança global: a extensão dessa contribuição, dinamismo econômico, capacidade militar e influência institucional-cultural. Os indicadores incluem PIB e volume de comércio (agência econômica), gastos em defesa e presença militar regional (autonomia estratégica) e participação em instituições multilaterais, bancos de desenvolvimento e rankings de *soft power* (diversificação institucional). Quando esses esforços deslocam a autoridade e legitimidade de modelos centrados nos EUA em direção a alternativas concebidas pelo Sul Global, são interpretados como evidência da multiploidização em ação.

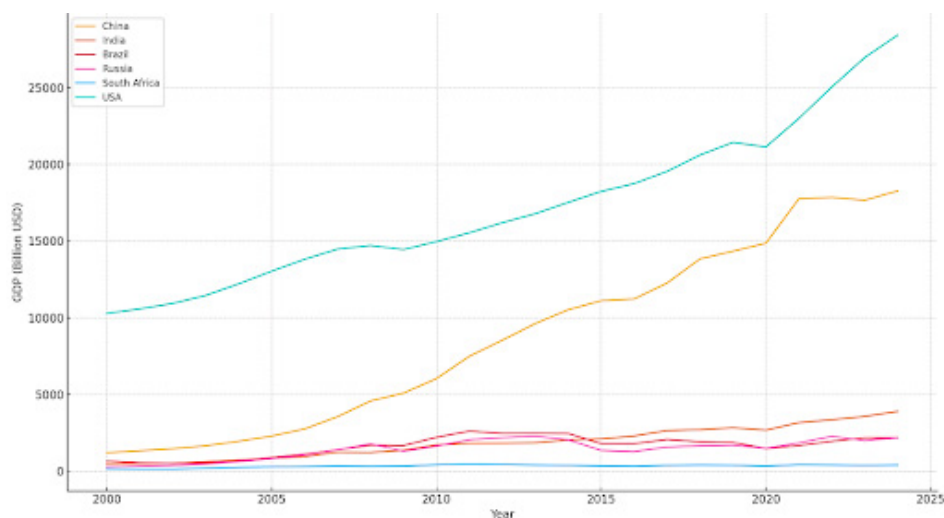
Poder econômico

Poder econômico é definido como a capacidade de influenciar processos de tomada de decisão e de controlar recursos. Essa noção complexa molda significativamente as capacidades e as escolhas de indivíduos, empresas e nações no contexto do cenário global (Safiuddin 2021). Os Estados Unidos, historicamente a única potência econômica dominante, viram sua posição desafiada pelo desenvolvimento econômico da China nas últimas duas décadas. Essa mudança alterou o status estadunidense, especialmente porque o país anteriormente fornecia assistência financeira a nações devastadas no pós-Segunda Guerra Mundial. Evidências sugerem que a China desafiou significativamente os Estados Unidos na esfera econômica, como demonstra o conflito comercial e econômico em curso entre as duas nações. No Sul Global, o acúmulo de mais de US\$2 trilhões em reservas pela China e a expansão dos empréstimos mundiais reduzem consideravelmente a alavancagem financeira dos EUA, ao diminuir sua dependência em relação a instituições ocidentais, como o FMI e o sistema dólar (Dutkiewicz et al. 2020). Quando se trata de investimento internacional no Sul Global, a China e os EUA são competidores. Segundo Stuenkel (2016) e MacDonald e Lemco (2011), os

empréstimos da China à América Latina superaram os do Banco Mundial e do Banco Interamericano de Desenvolvimento somados. A predominância do dólar americano nas finanças internacionais foi significativamente enfraquecida desde a introdução do euro em 1999, bem como diante de outras tentativas de nações euroasiáticas de substituí-lo por ouro ou outras moedas. A posição dos EUA como o principal e mais dinâmico polo manufatureiro foi corroída pela crise financeira de 2008 e pela excessiva financeirização da economia americana.

Além de prejudicar a posição internacional da economia estadunidense, o aumento do desemprego e a desigualdade afetaram negativamente o clima político do país ao fomentar intolerância e xenofobia (Edelman 2019; Ivanova 2019; Milberg e Winkler 2009). O poder econômico é influenciado por diversos fatores, sendo o PIB o mais importante deles por fornecer uma representação mais precisa da força econômica nacional (Greenaway-McGrevy 2011). No entanto, outras pesquisas sugerem que ele apresenta limitações significativas como indicador de poder econômico nacional e de bem-estar (DeLeon e Boris 2010; Lawn 2007). Esse fator é considerado uma medida e um critério fundamental para avaliar o poder econômico das nações, uma vez que serve como a principal variável em análises e avaliações macroeconômicas. É o indicador utilizado com mais frequência por economistas para avaliar o bem-estar da sociedade e facilitar comparações entre diferentes sociedades (Mir Hosseini 2021, 78). O PIB da China permanece mais baixo que o dos Estados Unidos, apesar de ser o mais alto entre as nações do BRICS. Os Estados Unidos superaram cada uma das nações do BRICS. A Rússia e o Brasil estão em patamares muito próximos, enquanto o PIB per capita da Índia é relativamente alto entre as nações do BRICS.

Figura 1: PIB (em US\$) - Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Brasil, África do Sul



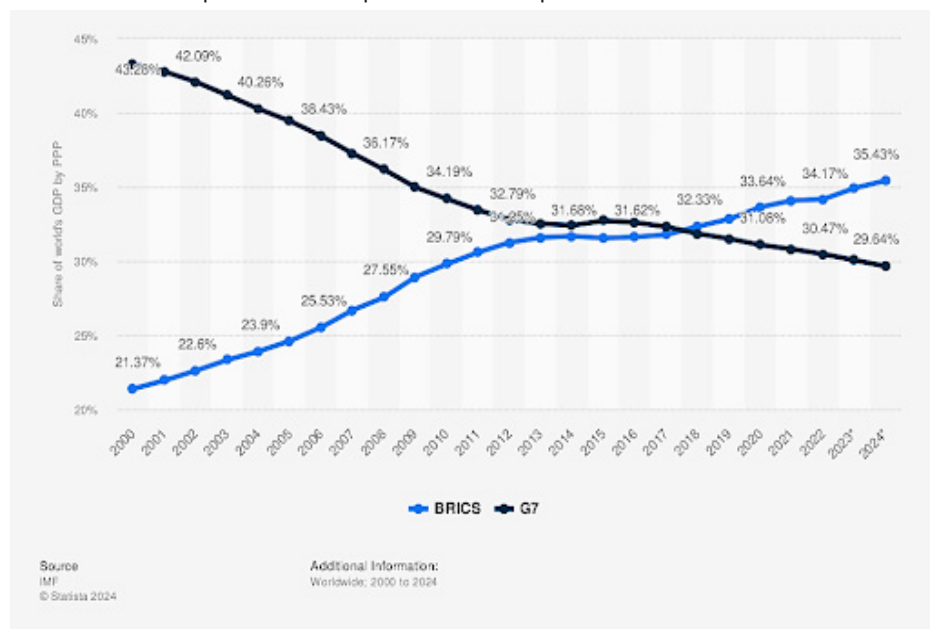
Fonte: www.data.worldbank.org.

Em 2023, a China registrou o maior PIB entre as nações do BRICS, totalizando US\$17,84 trilhões, enquanto os demais países-membros apresentaram, cada um, um PIB inferior a US\$4 trilhões. A China vem sendo consistentemente a maior economia do bloco e seu rápido crescimento ocupa o segundo lugar ao nível mundial, atrás apenas dos Estados Unidos. Alguns analistas preveem que a Índia poderá superar os Estados Unidos em meados do século; no entanto, espera-se que o PIB da China ultrapasse o dos Estados Unidos até o final da década de 2020, posicionando-a como a maior economia do mundo. Especialistas preveem que a taxa de crescimento da Índia será igualada à da China e provavelmente a superará na próxima década (Christensen e Xing 2016; Hopewell 2016; Kiely 2015). O grupo BRICS funciona como algo mais que um mero bloco comercial ou econômico; ele estabeleceu o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), em 2014, para investir em energia renovável e infraestrutura sustentável em escala global. O NBD simboliza uma inovação evolutiva na governança global, respondendo a lacunas sistêmicas deixadas por instituições tradicionais lideradas pelo Ocidente. A expansão de seu quadro de membros, incluindo países além do núcleo do BRICS, ressalta sua crescente importância geopolítica e seu papel no avanço de uma ordem multipolar – o que Noroozi denomina “poliploidia” – na governança econômica global (Noroozi 2024). O banco

multilateral de desenvolvimento sediado em Xangai financiou recentemente diversos projetos, incluindo a modernização de sistemas ferroviários de carga na África do Sul e a ampliação da capacidade de transporte de gás natural liquefeito na China. Frequentemente, financia iniciativas de desenvolvimento baseando-se em moedas locais, algo que muitos preveem que poderá desafiar a predominância do dólar americano na economia mundial no futuro. Apesar das relações tensas ou superficiais entre seus membros no século XX, suas iniciativas atuais ampliaram significativamente sua influência global. Em 2024, o grupo BRICS registrou um PIB de aproximadamente US\$26,95 trilhões, valor ligeiramente superior ao dos Estados Unidos (World Bank s.d.a).

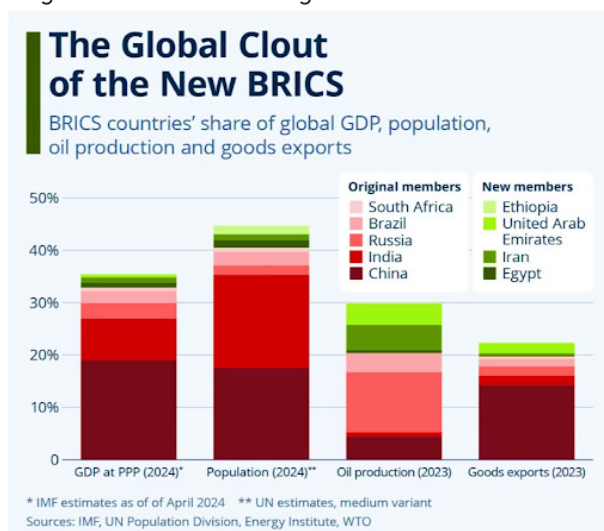
A análise das participações dos Estados Unidos e das nações do BRICS revela um declínio na parcela dos EUA no comércio e produção global, passando de 50% em 1945 para 25% em 2020. A porcentagem de dólares americanos entre moedas globais caiu de 66,9% em 2005 para 61% em 2020. A China e a Índia respondem agora por 25% do PIB global, enquanto os países do BRICS representam, coletivamente, 20% da produção mundial. Em 2024, a participação das nações do G7 – composto por Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Japão e Canadá – no PIB global era de aproximadamente 30%. Coletivamente, as nações do BRICS representam 35% do PIB global. De acordo com a medida da paridade do poder de compra (PPC), as nações do BRICS superaram as nações do G7 na proporção total do PIB em 2018. Segundo a paridade do poder de compra, é esperado que as economias do BRICS representem 37,3% do PIB global até 2024. O Fundo Monetário Internacional (FMI) informa que a China representou 19,06%, enquanto a Índia contribuiu com 8,23%. A União Europeia e os Estados Unidos representaram, cada um, aproximadamente 14,5% da economia global simultaneamente (World Economic Forum 2025). As nações do BRICS têm registrado um crescente fortalecimento, particularmente em nível regional (Cochrane e Zaidan 2024), enquanto as grandes potências tradicionais, representadas pelo G7, têm testemunhado um declínio de sua influência global nos últimos anos.

Figura 2: Participação dos países do BRICS no Produto Interno Bruto (PIB) total em paridade de poder de compra (PPC) de 2000 a 2024



Fonte: International Monetary Fund (IMF)

Figura 3: A influência global dos novos BRICS



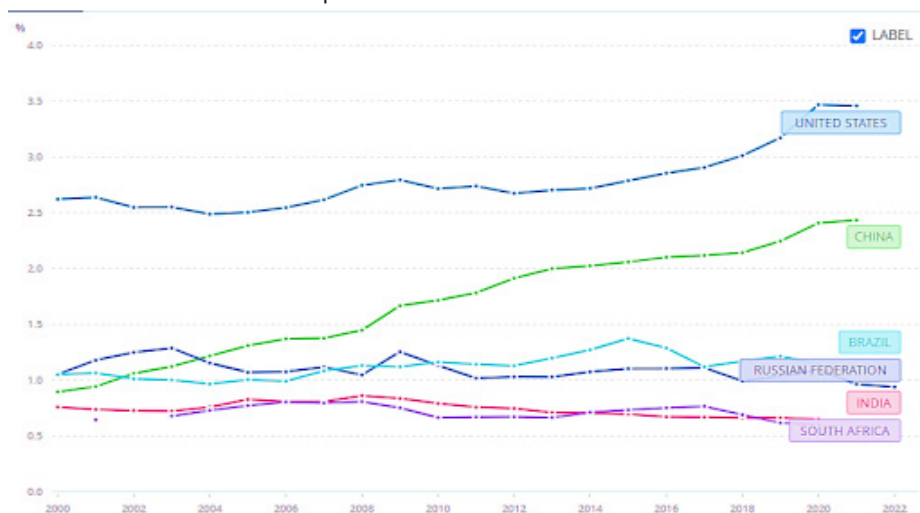
Fonte: www.weforum.org.

Além disso, o bloco BRICS vem se consolidando cada vez mais como uma entidade econômica relevante no comércio de commodities. Vejamos o caso do petróleo. Uma análise conduzida pela S&P Global (Griffin 2024) indica que a inclusão do Irã, dos Emirados Árabes Unidos e, potencialmente, da Arábia Saudita no BRICS poderia resultar no controle coletivo de quase 50% da produção mundial de petróleo e de cerca de 35% do consumo total de petróleo. A inclusão da Arábia Saudita reforçaria a posição do BRICS como uma força significativa no mercado de commodities, segundo o documento. As nações do BRICS, devido às suas grandes populações, possuem uma força de trabalho e uma base de consumidores significativas. A Organização Internacional do Trabalho prevê que a taxa de participação na força de trabalho do bloco atingirá 60,6% em 2024, o que corresponde a 1,5 bilhão de pessoas. A participação masculina é de 73,9%, enquanto a feminina é de 47,4%, indicando uma disparidade de gênero significativa nas taxas de participação.

Ademais, a participação na economia informal das nações do BRICS é significativamente elevada. Estimativas recentes indicam que aproximadamente 934,4 milhões de indivíduos de países do BRICS estão empregados no setor informal, com uma maioria significativa na Índia. Um relatório de 2023 da Organização Internacional do Trabalho apontou que o trabalho informal é generalizado em certas nações do BRICS, com ganhos de produtividade associados à transição para o emprego formal e à melhoria das condições de trabalho. A taxa de desemprego nas nações do BRICS é de 5,3%, abrangendo um total de 84,7 milhões de indivíduos (World Economic Forum 2025).

Outro conceito importante que ganhou destaque especial na economia atual é o setor de “Pesquisa e Desenvolvimento”. Os dados apresentados nas tabelas e nos gráficos abaixo indicam que a China está se aproximando rapidamente dos Estados Unidos; analistas preveem que a China acabará por superar os Estados Unidos nesse aspecto. A porcentagem do PIB destinada a gastos com P&D nos Estados Unidos aumentou de 2,62% em 2000 para 3,46% em 2022. O índice da China subiu de 0,9% em 2000 para 2,43% em 2022 (World Bank s.d.b).

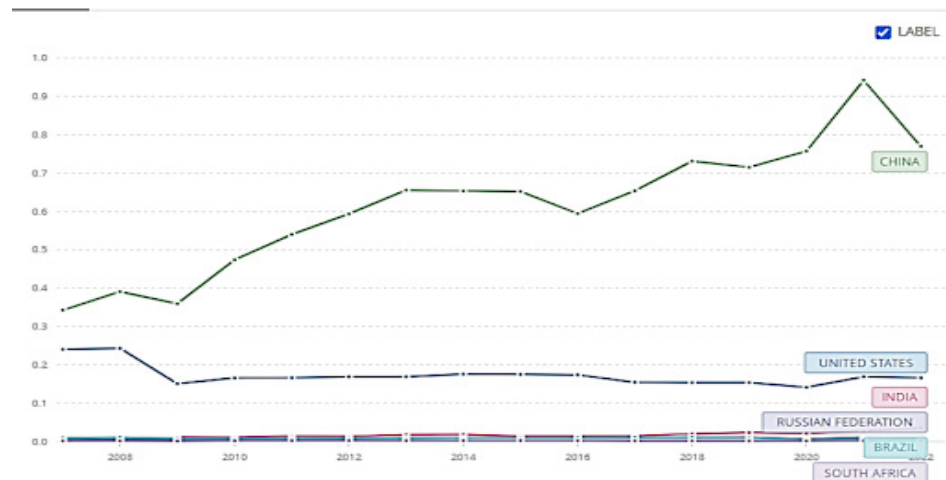
Figura 4: Gastos em pesquisa e desenvolvimento (% do PIB) - Estados Unidos e países do BRICS de 2000 à 2022



Fonte: www.data.worldbank.org.

Vale ressaltar também que, no desempenho das exportações de alta tecnologia, a China atingiu 23% em 2022, frente a 30% das exportações de manufaturados registradas em 2007. Isso ocorreu enquanto os Estados Unidos atingiram 18% em 2022, com o mesmo percentual no mesmo ano. Segundo as figuras, as exportações de alta tecnologia da China totalizaram US\$342,57 bilhões em 2007, atingindo US\$769,7 bilhões em 2022. Os Estados Unidos exportaram produtos de tecnologia no valor de US\$240,52 bilhões em 2007, montante que atingiu US\$166,44 bilhões em 2022. Os outros países do BRICS não ocupam uma posição de destaque nesta área, mas o mesmo não pode ser dito sobre a Índia. As exportações de alta tecnologia da Índia em 2010 foram de US\$11,22 bilhões, valor que deve subir para US\$35,22 bilhões em 2022 (World Bank s.d.c).

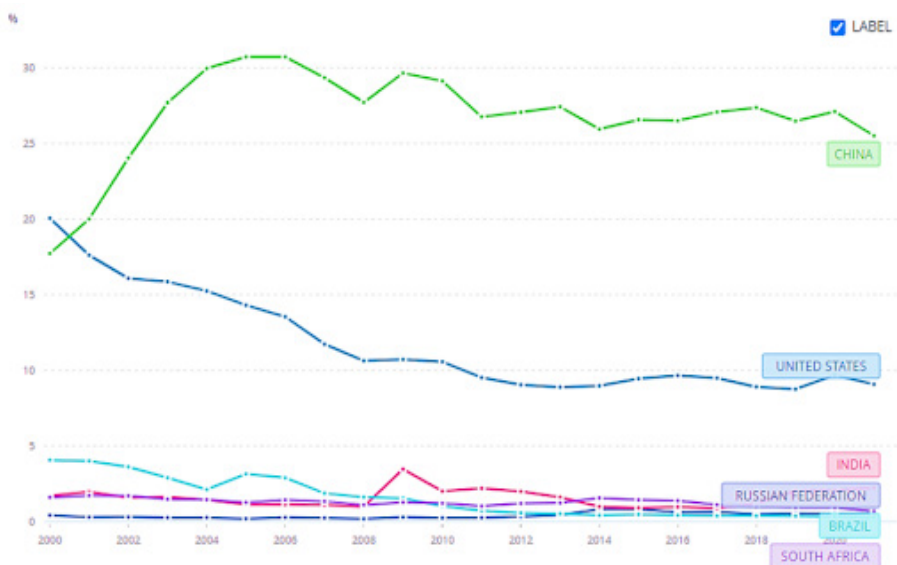
Figura 5: Exportações de alta tecnologia (% das exportações de manufaturados) - Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul, de 2007 à 2022



Fonte: www.data.worldbank.org.

As exportações de bens de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) dos EUA sofreram um declínio significativo em competitividade tecnológica, caindo de 20,08% em 2000 para 9,1% em 2022. Desde então, a China registrou um crescimento econômico significativo, superando a economia dos EUA com uma participação de aproximadamente 25,5% em 2022 (World Bank s.d.c, s.d.d, s.d.e), apesar de apresentar uma proporção menor de bens de TIC em comparação com os EUA em 2000 (17,7%).

Figura 6: Exportação de bens de TIC (% do total de exportações de bens) - Estados Unidos, China, Rússia, Índia, Brasil e África do Sul, de 2000 à 2021



Fonte: www.data.worldbank.org.

Embora os Estados Unidos continuem sendo o principal destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) em todo o mundo, as nações do BRICS registraram um aumento notável desse fluxo nos últimos anos. Por doze anos consecutivos, os Estados Unidos ocuparam a primeira posição entre os países que atraem investimento estrangeiro direto. Espera-se que o investimento dos EUA na China totalize US\$126,1 bilhões em 2022. Empresas chinesas investiram US\$215 bilhões, enquanto empresas estadunidenses aplicaram cerca de US\$515 bilhões em nações do BRICS, sem contar com a China. Até 2021, a Índia havia investido US\$14 bilhões, ocupando a terceira posição entre os países do BRICS em termos de investimentos nos Estados Unidos. Os investimentos brasileiros também registraram um aumento expressivo; a proporção de investimentos dos EUA cresceu quase 50% entre 2016 e 2021. No entanto, o investimento direto total da Rússia nos Estados Unidos diminuiu 10% nos últimos cinco anos, para aproximadamente US\$4 bilhões. De US\$84 para US\$355 bilhões, os fluxos de investimento estrangeiro do BRICS praticamente dobraram entre 2001 e 2021. De 11% em 2001 e 22% em 2021, a participação do BRICS nos fluxos mundiais de investimento estrangeiro também dobrou. Apesar da desaceleração global, as nações do

BRICS continuaram a atrair investimentos estrangeiros diretos significativos em 2019.

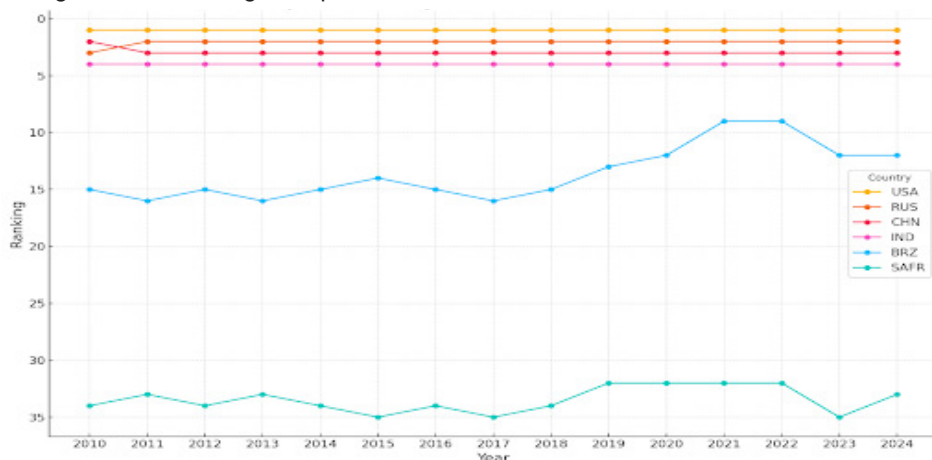
Para compreender como o Sul Global evoluiu desde a virada do século, devemos examinar o desempenho dos países do BRICS em termos de investimento estrangeiro. Apesar de disparidades econômicas, as nações do BRICS estão traduzindo seu crescimento econômico em capacidades geopolíticas e institucionais. Isso, no entanto, não diminui a relevância do crescimento do BRICS na indústria global e no desenvolvimento de infraestrutura, áreas em que superaram a economia dos EUA. No âmbito do comércio internacional, o BRICS finalmente se igualou aos Estados Unidos, enquanto a disparidade na participação em investimento estrangeiro direto (IED) entre o bloco e os EUA está diminuindo rapidamente. Dados do Banco Mundial indicam que a China superou os Estados Unidos em indicadores selecionados de exportações de alta tecnologia e bens de TIC, ao passo que o desempenho de outros países do BRICS permanece desigual (World Bank s.d.c, s.d.d, s.d.e).

Poder Militar

Nesta seção, o presente artigo concentra-se em dados do conceituado site “Global Firepower”. As fontes de poder militar e os indicadores utilizados por este instituto para obter resultados abrangem mais de 50 fatores; entre os mais importantes, destacam-se: recursos humanos, custos financeiros das forças militares, inimigos e aliados, capacidade logística, poder naval (número de porta-aviões, submarinos, etc.), poder terrestre (tanques, veículos blindados avançados, etc.), poder aéreo (quantidade e tipo de jatos avançados, helicópteros, etc.), acesso a recursos naturais e fatores geográficos, e orçamento de defesa. De acordo com a classificação do índice de 2024, os Estados Unidos ocupam a posição de potência militar mais forte do mundo, seguidos pela Rússia, China e Índia (GFP 2024). O Brasil, como membro do BRICS, figura entre as 15 maiores potências militares do mundo; a África do Sul, embora classificada abaixo de outras nações, permanece parte desse grupo. Os Estados Unidos continuam a aparecer como a principal potência militar. Em 2024, o Instituto Internacional de Pesquisa para a Paz de Estocolmo (SIPRI) informou que os Estados Unidos registraram US\$997 bilhões em gastos militares, o que representou mais de 37% do total dos gastos militares globais naquele ano. Os Estados Unidos destinam 3,4% do seu PIB a gastos militares, posicionando-se abaixo da Arábia Saudita, Israel, Argélia e Rússia em termos de dispêndio militar como porcentagem do PIB. A China ocupa o

segundo lugar em gastos militares, com US\$314 bilhões, seguida pela Rússia em terceiro, com US\$88,5 bilhões; pela Alemanha em quarto, com US\$88,5 bilhões; e pela Índia em quinto, com US\$86,1 bilhões (Liang et al. 2025). A Figura 7 ilustra as capacidades militares significativas das nações do BRICS e dos Estados Unidos.

Figura 7: Rankings de poder militar dos EUA e do BRICS (2010-2024)

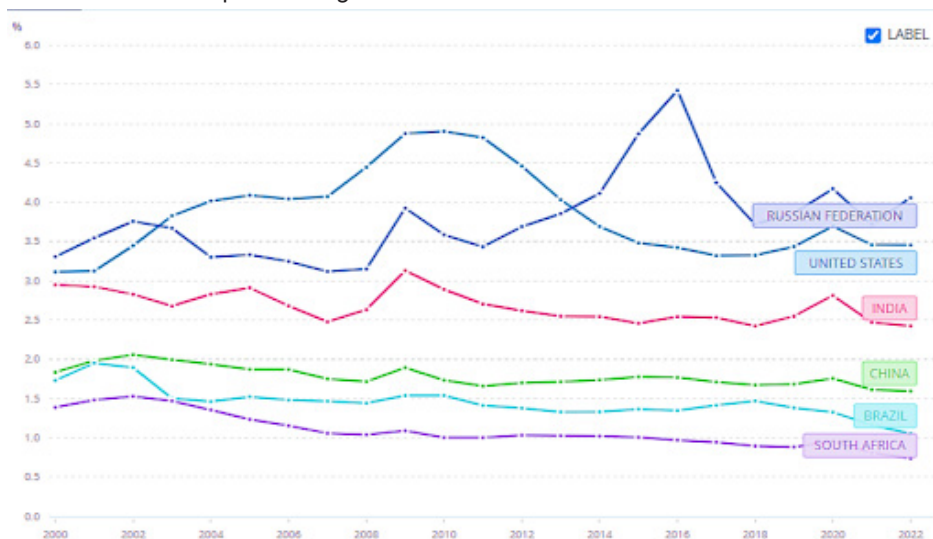


Fonte: globalfirepower.com.

Por meio do controle de recursos naturais e da escalada de tensões étnicas e religiosas no Sul, os Estados Unidos têm utilizado seu poderio militar, de forma direta e indireta, para limitar possíveis concorrentes e impedir seu progresso. Com as invasões do Iraque e do Afeganistão, os Estados Unidos perseguiram suas ambições hegemônicas a um custo estimado de US\$4,4 trilhões. Golub (2010) argumenta que as intervenções estadunidenses no Iraque, no Afeganistão, na Síria, na Ucrânia e no Mar do Sul da China foram, em última análise, malsucedidas. Entre países que gastam uma parcela de seu PIB com defesa, os EUA ocupam o segundo lugar, logo atrás da Rússia. A Rússia aumentou seus gastos militares como porcentagem do PIB, o que não surpreende, diante dos acontecimentos recentes na Síria e na Ucrânia. Os gastos militares da Índia como proporção do PIB caíram drasticamente entre 2005 e 2015, ultrapassando a China nesse processo. Embora os investimentos coletivos das nações do BRICS em dissuasão estratégica e alianças de defesa regionais indiquem uma capacidade crescente de oposição coordenada ao intervencionismo unilateral dos EUA, esses países, individualmente, não se equiparam às capacidades estadunidenses (Cochrane e Zaidan 2024; Brown

2012). A China responde por mais de 6% do comércio internacional de armas, posicionando-se como a terceira maior exportadora de armamentos do mundo. A Rússia emergiu como o segundo maior fornecedor de armas do mundo, ultrapassando os Estados Unidos em termos de gastos militares (UPI 2016). A invasão da Geórgia pela Rússia em 2008, a invasão da Ucrânia entre 2014 e 2016 e a invasão da Ucrânia em 2022 demonstram como um cenário ao estilo da Guerra Fria pode desviar o foco das preocupações de segurança centradas nos EUA. Um sintoma inicial da deterioração da capacidade militar dos EUA é a crescente influência da Rússia e do Irã na Síria. O poderio militar dos Estados Unidos foi severamente enfraquecido em 2015 devido à Guerra Russo-Nórdica no Mar Báltico e à ameaça da China à supremacia militar americana no Mar do Sul da China. Líderes americanos reconhecem o declínio da capacidade de dissuasão dos EUA. O Vice-Secretário de Defesa, Bob Work, afirma que ações de rivais eurásianos, que buscam restringir o acesso dos EUA a teatros operacionais e limitar sua liberdade de manobra, estão levando a um declínio na ampla dominância operacional e técnica e a uma demonstração inadequada de dissuasão por parte dos Estados Unidos (US Department of Defense 2017).

Figura 8: Gastos militares globais dos Estados Unidos e do BRICS como porcentagem do PIB entre 2000 e 2022.



Fonte: www.data.worldbank.org.

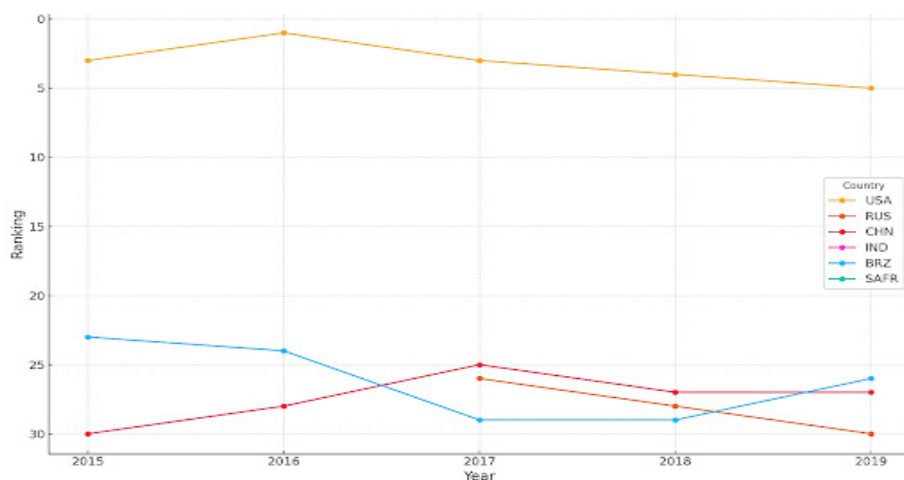
O papel da capacidade institucional e do soft power cultural na reconfiguração da Política Internacional

Tanto Hopewell (2021) quanto Fukuyama (2013) reconhecem a tendência geral de declínio da autoridade institucional dos Estados Unidos. Por muito tempo, os Estados Unidos mantiveram sua posição hegemônica controlando as principais instituições de governança global. Entre elas estão a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e o Fórum Econômico Mundial. A recusa dos Estados Unidos em aderir ao Protocolo de Quioto e ao Tribunal Penal Internacional, juntamente com a violação da Carta da ONU durante a Guerra do Iraque de 2003, provocou um descontentamento significativo na comunidade global (Singh 2012). Após a exigência da administração Trump de renegociar o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (NAFTA) e de retirar-se da Parceria Trans-Pacífico, a ascensão de Donald Trump ao poder acelerou o declínio do poder institucional dos EUA. A China, a segunda maior economia do mundo, veio a se tornar a terceira maior contribuinte para o Fundo Monetário Internacional, atrás do Japão e dos Estados Unidos. A incapacidade dos Estados Unidos de assegurar o unilateralismo no âmbito da ONU, somada às demandas do BRICS por uma reforma da organização, evidencia a emergência de um regionalismo pós-hegemônico, conforme demonstrado por entidades como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX), a Organização do Tratado de Segurança Coletiva (OTSC), a União Econômica Eurasiática, a Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América (ALBA) e a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). Segundo Bagley e Defort (2015) e Muhr (2013), o regionalismo acrescentou uma nova dimensão à cooperação Sul-Sul ao criar canais estáveis para a participação de diversos grupos, como movimentos sociais, mídia alternativa, empresas de desenvolvimento contrárias à lógica corporativa, indústrias farmacêuticas independentes e bancos de desenvolvimento. Centrado em uma estrutura voltada para a segurança e concebida para evitar o intervencionismo dos EUA na região, o regionalismo eurasiático pós-hegemônico é um conceito-chave. Eventos-chave no regionalismo euroasiático incluem exercícios militares conjuntos, grupos comerciais, universidades e redes de pesquisa (Song 2016; Aris 2011). Segundo pesquisas de Quiliconi e Kingah (2016), DeConing (2015) e Kiely (2015), a iniciativa do BRICS é um sintoma do declínio da autoridade institucional hegemônica dos EUA, à medida que o grupo busca estabelecer um banco de desenvolvimento, um fundo de contingência e uma agência de classificação de risco independentes. Melhorar a conectividade e a cooperação econômica em toda a Eurásia é o objetivo da Iniciativa da Nova Rota da Seda

da China, um plano de desenvolvimento de grande envergadura. Semelhante ao Plano Marshall, que ajudou a reconstruir a Europa após a Segunda Guerra Mundial, o projeto foi formalmente inaugurado em 2013. Curran (2016), Shen (2016) e Tiezzi (2014) concordam que a projeção internacional da China vem crescendo graças aos objetivos políticos de longo prazo atraentes da Iniciativa da Rota da Seda e ao seu foco no desenvolvimento de infraestrutura.

Quando se trata de cultura internacional, os Estados Unidos não têm rivais. O país abriga inúmeras escolas, veículos de comunicação, artistas e produções cinematográficas de renome. Aproximadamente quarenta e três milhões de imigrantes residem nos Estados Unidos. Pessoas em busca de melhores condições de vida frequentemente escolhem esse destino (Brown 2012). A influência cultural representa a área em que potenciais adversários ao poder dos EUA demonstram capacidades mais frágeis. No entanto, anualmente, o *Soft Power Research Center* publica um relatório em formato de revista que analisa o ranking de países em termos de *soft power* e os fatores que o influenciam. Dois componentes relevantes do índice são os subíndices de Cultura e Educação. O subíndice de Cultura mede a qualidade, o alcance internacional e o apelo da produção cultural de um país, abrangendo tanto a cultura erudita quanto a popular, ao passo que o subíndice de Educação avalia a qualidade das universidades, a capacidade de atrair estudantes internacionais e as contribuições para a publicação de pesquisas acadêmicas (McClory 2019, 28, 60–61). Este artigo investiga e avalia o *soft power* das nações do BRICS e dos Estados Unidos, utilizando dados deste centro. O relatório anual do centro indica um declínio no *soft power* dos Estados Unidos, resultando em uma perda de posição entre 2015 e 2019. A China busca fortalecer sua posição por meio do aumento de sua produção cultural. A Índia e a África do Sul estão excluídas desta lista, pois suas avaliações baseiam-se em 30 dimensões.

Figura 9: Rankings de soft power dos EUA e do BRICS (2015-2019)



Fonte: www.softpower30.com.

Dimensões interconectadas do poder do BRICS: rumo a uma postura estratégica coerente

A aliança BRICS, cada vez mais, ilustra a interação entre capacidades militares, econômicas e institucionais, contribuindo para uma orientação estratégica pós-hegemônica mais ampla. O crescimento econômico das nações do BRICS, especialmente da China e da Índia, ampliou sua influência no comércio e em investimentos, permitindo que estabelecessem novas instituições de governança, como o Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), apoiassem iniciativas de infraestrutura Sul-Sul e promovessem a desdolarização. Esses projetos integram poder econômico com influência institucional, fomentando, assim, um ambiente que examina criticamente instituições dominadas pelo Ocidente, como o Banco Mundial e o FMI (Quiliconi e Kingah 2016; Noroozi 2024).

Além disso, o fortalecimento das capacidades econômicas facilitou a modernização militar, especialmente na China e na Rússia. Os gastos em defesa da China, sustentados por seu PIB e sua base tecnológica em crescimento, ampliaram sua presença naval no Indo-Pacífico, ao passo que a assertividade militar da Rússia na Ucrânia e na Síria revela o desejo de contrapor a OTAN e o intervencionismo estadunidense (Cochrane e Zaidan 2024; Liang et al. 2025). Tais desdobramentos possuem um significado geopolítico que transcende o mero poderio militar – eles demonstram a autonomia estratégica dos membros do BRICS e ajudam a proteger a

soberania de novas iniciativas regionais financeiras e securitárias, como o Arranjo Contingente de Reservas (ACR) e a Organização para Cooperação de Xangai (Aris 2011; DeConing 2015).

Inovações institucionais reforçam ainda mais o *soft power*. Por exemplo, a Iniciativa da Nova Rota da Seda e os esforços de integração regional do Brasil funcionam como mecanismos de projeção externa econômica e instrumentos de influência diplomática e projeção cultural (Curran 2016; Juncal 2018). Essas iniciativas combinam o desenvolvimento de infraestrutura com diplomacia pública, fortalecendo a percepção global do BRICS como líderes legítimos em um mundo multipolar.

Essa estratégia integrada – que aproveita ganhos econômicos para fortalecer a capacidade militar, ao mesmo tempo em que se insere em estruturas institucionais e culturais – marca uma transição do poder estatal isolado para uma influência coletiva e multidomínio. A convergência dessas dimensões revela que o BRICS não constitui apenas um agrupamento de potências emergentes, mas uma plataforma coordenada que constrói estrategicamente alternativas à governança global liderada pelos EUA (Stuenkel 2015; Kiely 2015). Esses desdobramentos ilustram uma dupla lógica causal no cerne da multiploidização liderada pelo BRICS. Embora a aliança BRICS atue, por vezes, em reação ao declínio da influência ocidental, em outras ocasiões ela desafia diretamente normas e estruturas hegemônicas. A tabela abaixo resume essas duas vias interligadas.

Tabela 1: Vias causais duplas na multiploidização liderada pelo BRICS

Mecanismo Causal	Definição	Estratégia do BRICS ou exemplo	Efeito sobre a governança global
Desafio direto	O BRICS atua para enfraquecer ou contornar instituições e normas hegemônicas.	Criação do NBD e do ACR; promoção da desdolarização; bloco de segurança da OCS.	Mina a centralidade institucional e o monopólio financeiro do Ocidente.

Mecanismo Causal	Definição	Estratégia do BRICS ou exemplo	Efeito sobre a governança global
Expansão estratégica	O BRICS preenche lacunas de governança criadas pela retirada dos EUA ou pela fadiga institucional.	Iniciativa Cinturão e Rota; diplomacia de vacinas; fóruns de desenvolvimento Sul-Sul	Constrói novas estruturas de legitimidade; amplia a liderança do Sul Global.

Fonte: Autores.

Avaliação geopolítica: A ascensão do BRICS e a multiploidização

Os complexos contextos políticos e históricos, que estatísticas descritivas por si só não conseguem retratar, transcendem meras representações numéricas no que diz respeito à multiploidização da política internacional e à emergência do Sul Global. Esta seção examinará os resultados da análise comparativa à luz de eventos políticos e históricos significativos ocorridos desde a década de 2000.

Muitos no Sul Global consideram a década de 1980 como uma década de oportunidades perdidas. A década seguinte foi igualmente desanimadora para o Sul, que ainda sofre as consequências sociais e econômicas da reestruturação neoliberal. Ao abordar suas preocupações urgentes de ordem econômica e de segurança, importantes nações do Sul Global começaram a manifestar suas inquietações quanto ao declínio da ordem mundial centrada nos EUA e da estrutura neoliberal na década de 2000, o que representou um ponto de virada para elas (Kiely 2015: 54). A luta do Sul Global contra a ordem mundial unipolar travou-se em duas frentes. Nações de destaque buscam maior envolvimento e maior poder de decisão no sistema de governança global liderado pelos EUA. Por outro lado, Quiliconi e Kingah (2016) e DeConning et al. (2015) buscaram abordar as tendências unipolares do sistema mundial por meio da criação de instituições de governança global. Essa rivalidade bilateral atingiu um ponto de virada com a formação do BRICS. Embora o BRICS seja frequentemente criticado pela falta de unidade ideológica ou geopolítica, é mais correto encará-lo como uma plataforma de coordenação estratégica, e não como um bloco fortemente integrado. Sua coerência não reside em alianças militares ou políticas econômicas uniformes, mas em interesses compartilhados: resistir à hegemonia ocidental, exigir reformas

nas instituições internacionais e construir estruturas paralelas de cooperação financeira e para o desenvolvimento (Kiely 2015; Stuenkel 2016). Essa coerência funcional – baseada em problemas e orientada para objetivos – permite que o BRICS atue coletivamente em áreas como a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, a promoção de uma diplomacia multipolar na ONU e a oposição a intervenções unilaterais (Quiliconi e Kingah 2016). Mesmo onde existem tensões bilaterais, como entre a Índia e a China, o fórum permanece um espaço estratégico para o diálogo, pragmatismo e sinalização conjunta de políticas, especialmente em resposta ao que é percebido como extrapolação do Ocidente. Esse modelo flexível e pluralista permite que o BRICS funcione de maneira eficaz em um mundo pós-hegemônico, no qual a formação de coalizões frequentemente se sobrepõe ao alinhamento rígido.

Após a crise financeira de 2008, O'Neill revisou suas previsões e estimou que a China ultrapassaria os EUA em força econômica até 2027, seguida pelo Brasil em 2029, pela Rússia em 2037 e pela Índia em 2027 (Kiely 2015: 57). O BRICS foi formalizado e sua primeira cúpula foi realizada em resposta à crise financeira de 2008 (Cooper 2016: 79). A reunião abordou uma ampla gama de temas, incluindo questões importantes como justiça social, desenvolvimento sustentável, a economia dos EUA e a crise global. A cúpula demonstrou que o Sul Global deve ser incluído no enfrentamento da crise financeira de 2008, uma vez que sua resolução é significativa demais para ser gerida exclusivamente pelas nações do G8. A cúpula do BRIC ressaltou a importância do direito internacional e do multilateralismo no âmbito da ONU, defendendo que o Brasil e a Índia conquistassem um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (DeConning et al. 2015: 23; Kiely 2015: 49).

Um mundo mais multipolar e uma ordem internacional mais democrática foram os objetivos da Cúpula de 2010 no Brasil, a segunda do gênero. Esta mudança no centro de gravidade econômico global deslocou leste e sul, como reconhecido num estudo da OCDE (Kiely 2015: 10). Com a inclusão da África do Sul na terceira Cúpula, na China em 2011, o grupo foi rebatizado de BRIC para BRICS; hoje, seus membros representam 43% da população mundial. Como fórum mundial de colaboração e diálogo, o BRICS foi reafirmado em sua reunião de 2012 na Índia. Reafirmou o seu apoio à harmonia global, à multipolaridade, ao desenvolvimento e aos princípios do direito internacional. Cooper (2016), DeConing et al. (2015) e Kiely (2015) salientaram que o sistema financeiro global precisa ser reformado e tornado mais democrático, com a criação de um novo banco de desenvolvimento. O objetivo principal da quinta reunião do BRICS na África do Sul era criar um novo banco de desenvolvimento. Dois outros conselhos foram formados: o Conselho de Think Tanks do BRICS e o Conselho Empresarial do BRICS.

O Banco do BRICS, o Fórum das Mulheres e o Fórum Sindical foram todos criados na cúpula do BRICS de 2014.

Na cúpula realizada na Rússia em 2015, foi criado um fundo de US\$100 bilhões como reserva de contingência para aumentar a liquidez em caso de eventuais problemas no balanço de pagamentos. Essa cúpula marcou um ponto de virada na trajetória pós-hegemônica do BRICS, coincidindo com as cúpulas da União Econômica Eurasiática e da Organização para Cooperação de Xangai. Segundo o BRICS, é essencial uma estrutura multipolar para a cooperação internacional em TI. A Índia sediou a oitava cúpula. A criação de uma agência global de classificação de risco de crédito pelas nações do BRICS sinaliza uma mudança em direção à democratização do sistema financeiro internacional (Cooper 2016; DeConing et al. 2015; Kiely 2015). Em 2017, a China sediou a nona cúpula do BRICS. O encontro manifestou apoio ao desenvolvimento e ao multilateralismo, à colaboração com países em desenvolvimento de mercados emergentes, à criação do Novo Banco de Desenvolvimento (NBD), ao engajamento em Parcerias Público-Privadas (PPPs), ao Arranjo Contingente de Reservas (ACR), ao desenvolvimento de uma estratégia de parceria econômica do BRICS e ao fortalecimento da cooperação política e de segurança. Esses sistemas oferecem fontes alternativas de legitimidade e condições de crédito, minando deliberadamente a autoridade institucional dos EUA e de seus aliados, ao mesmo tempo em que suprem lacunas nas finanças globais (DeConing 2015; Kiely 2015).

A 10ª Cúpula do BRICS ocorreu em Joanesburgo, na África do Sul, em 2018. Entre as realizações notáveis da cúpula, destacaram-se o apoio aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para 2030, a colaboração do BRICS com nações subdesenvolvidas e mercados emergentes, e a criação da Plataforma de Engajamento em Pesquisa Energética do BRICS. A 11ª Cúpula do BRICS, realizada no Brasil em 2019, concentrou-se em ampliar a colaboração em ciência, tecnologia e inovação, enquanto aborda o crime transnacional, incluindo crime organizado, lavagem de dinheiro e tráfico de drogas. A 12ª Cúpula do BRICS, em 2020, foi realizada de forma virtual, ressaltando a importância do multilateralismo e o papel central de coordenação das Nações Unidas nos assuntos globais. A 13ª Cúpula Anual do BRICS, em 2021, foi realizada por meios eletrônicos.

Ao exigir maior representação de nações em desenvolvimento no FMI e um sistema mais flexível de participação equitativa entre credores e devedores, o BRICS defendeu uma abordagem mais democrática para a governança global. Esses esforços de reforma não prosperaram; por isso, foram criados um novo banco de desenvolvimento, uma agência de classificação de risco e sistemas de reservas condicionais (Quiliconi et al. 2016: 40). Para

auxiliar no financiamento de projetos de infraestrutura e desenvolvimento, foi estabelecido o Banco de Desenvolvimento do BRICS com um capital inicial de US\$50 bilhões, cabendo a cada membro uma contribuição de US\$10 bilhões. Com o auxílio do sistema de reservas de contingência, os países do BRICS podem se preparar melhor para eventuais problemas no balanço de pagamentos e para manter liquidez suficiente. Na estrutura dessa reserva de contingência, 41% dos recursos provêm da China, enquanto Brasil, Índia e Rússia contribuem com 18% cada. A África do Sul detém uma participação de 5%. A agência de classificação de risco visa desafiar a supremacia dos “Três Grandes” (Big Three), conforme apontado por Quiliconi e Kingah (2016: 249). Para o BRICS, o principal problema dessas agências de classificação é que elas frequentemente atendem aos interesses e objetivos de longo prazo de empresas do bloco do Norte, o que se mostra contraproducente. Ao criar um mercado único de títulos e facilitar os investimentos mútuos entre os países do BRICS, esse projeto busca tornar os títulos uma opção de investimento mais atraente, proporcionando a autoridades e investidores uma melhor compreensão dos riscos envolvidos (DeWet 2017).

Os Estados Unidos estão vendo sua hegemonia ser desafiada por uma dinâmica de poder global em transformação. No entanto, ainda há um longo caminho a ser percorrido até que se forme um bloco de poder coeso. É por isso que vale a pena examinar divergências estratégicas entre os membros do BRICS, mesmo que a cooperação tenha prevalecido sobre as diferenças nacionais. A cooperação Sul-Sul segue a mesma lógica. A disputa territorial envolvendo China, Índia e Japão no Mar do Sul da China é um exemplo claro disso. Conflitos ao longo da fronteira sino-indiana, as preocupações da Índia com a predominância chinesa no Oceano Índico e as políticas da China que desencorajam investimentos chineses na economia indiana são fatores que podem obstaculizar o movimento de governança pós-hegemônica no Sul. Embora seja importante não ignorar a rivalidade de baixa intensidade pela hegemonia entre Venezuela, Brasil, Argentina e Chile, a América Latina não é tão conflituosa quanto a Ásia (Cooper 2016: 24; Cheru 2011: 47). Uma resolução do Conselho de Segurança da ONU condenando um suposto ataque químico na Síria foi recebida com silêncio pela China, apesar do veto russo, evidenciando as divergências entre os membros do BRICS. Contudo, durante a intervenção da OTAN na Líbia, a união das nações do BRICS em resistência ao domínio estadunidense e o intervencionismo do Norte ficou evidente. Em 17 de março de 2011, a África do Sul apoiou a Resolução 1973, que abriu caminho para a ação. Como os demais membros do BRICS se abstiveram, a OTAN pôde assumir a liderança. Membros do grupo BRICS começaram a manifestar sua desaprovação em relação ao papel da OTAN na ONU após a

decisão da organização, alguns meses mais tarde (DeConing 2015: 37). Além disso, houve consenso quanto ao direito do Irã de utilizar energia nuclear para fins pacíficos e à convicção de que apenas o diálogo poderia auxiliar na resolução do dilema nuclear iraniano.

Ademais, soma-se a essa convergência o apoio do BRICS à adesão da Palestina à ONU e à Rússia durante a crise na Ucrânia. É importante ressaltar que o apoio coletivo do BRICS à Síria ajudou a impedir uma intervenção militar de forças do Norte (Otero e Gürçan 2016; Duggan 2015). Foi um avanço significativo. Esta perspectiva crítica sugere que o BRICS pode formar uma aliança política lógica.

Conclusão

Juntamente com as deficiências estratégicas dos rivais do Sul e o declínio da hegemonia dos EUA, os esforços das nações do BRICS, tanto para desafiar a atual ordem hegemônica quanto para criar novas estruturas internacionais que façam frente às instituições hegemônicas lideradas pelos EUA, são vistos como fatores que contribuem para o conceito de pós-hegemonia. Órgãos de governança rivais, como o FMI e o Banco Mundial, são alvos da fundação do Banco de Desenvolvimento do BRICS. O documento discute a predominância do dólar americano no comércio internacional, sugere a criação de um fundo soberano que opere de forma independente e defende a criação de uma agência de classificação de risco de crédito. Além disso, o BRICS destaca que a ONU e o Fundo Monetário Internacional necessitam de reformas abrangentes.

Há claras evidências, em diversas áreas, de que os Estados Unidos estão perdendo sua dominância global. A hegemonia dos Estados Unidos na política internacional e na economia tem sido corroída à medida que o polo global de produção e exportação se desloca para o Sul. A dominância financeira dos EUA tem sido mais precária desde a crise financeira de 2008, que teve um impacto significativo na economia americana. O crescente fluxo de investimentos estrangeiros e empréstimos para o desenvolvimento provenientes das nações do BRICS em direção ao Sul Global tem contribuído para o declínio estadunidense. Houve um declínio acentuado no domínio econômico dos Estados Unidos, em parte devido à expansão da China e ao fato de os EUA terem agora o PIB per capita mais elevado. Em segundo lugar, embora os Estados Unidos ainda tenham a força militar mais significativa do mundo, sua capacidade de dissuadir outros países diminuiu drasticamente. A dissuasão militar dos Estados Unidos é insuficiente diante do comportamento

agressivo da Rússia na Ucrânia e da persistente resistência chinesa no Mar do Sul da China. Quando medidos em relação ao PIB, os gastos militares da Rússia são atualmente superiores aos dos Estados Unidos, e os dois países, juntos, representam uma ameaça formidável à hegemonia de Washington no comércio internacional de armas. Apesar de sua capacidade comprovada de influenciar as estruturas econômicas internacionais e criar uma ordem global mais pluralista, as nações do BRICS ainda deixam a desejar em termos de capacidade militar. Isso precisa ser reconhecido. Competência institucional e impacto cultural em escala mundial são o terceiro e quarto fatores que estão colocando a hegemonia global dos EUA à prova. A ascensão de novas instituições no Sul Global, um comprometimento enfraquecido à governança global e o declínio de instituições internacionais hegemônicas apontam para uma erosão gradual da autoridade institucional dos EUA, apesar do impacto significativo da cultura estadunidense sobre outras ao redor do mundo. Particularmente no contexto do NAFTA, a crise da soberania hegemônica manifesta-se de forma evidente. Na década de 1990, o NAFTA exemplificou o auge da integração ao capitalismo global. O presidente americano reconheceu isso, oficialmente, como um grande fracasso comercial em 2017. A supremacia institucional dos Estados Unidos sofre um revés significativo com o fracasso da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e o surgimento de regionalismos pós-hegemônicos e latino-americanos, como a ALBA e a Unasul. O surgimento do regionalismo pós-hegemônico eurasiático – exemplificado pela União Econômica Euroasiática, pela Organização para Cooperação de Xangai, pela Organização do Tratado de Segurança Coletiva e pela Nova Rota da Seda da China – também reduziu consideravelmente a hegemonia dos EUA.

Portanto, o cenário criado pela crise financeira de 2008 e pelo enfraquecimento do controle hegemônico global é benéfico aos empreendimentos pós-hegemônicos. Há agora uma transição para a multipolaridade nas relações internacionais, principalmente devido ao declínio da hegemonia global dos EUA na sequência de grandes eventos históricos. Um exemplo da visão do Sul global em relação à multiploidização é a ascensão do BRICS como ator e arquiteto no sistema internacional pós-hegemônico, o que implica não apenas um aumento de influência, mas também uma reorganização fundamental da governança mundial. Estados notáveis do Sul, especialmente aqueles que integram a aliança BRICS, têm estado na vanguarda de um novo movimento pós-hegemônico no Sul global. Uma consequência importante dessa era pós-hegemônica é a transição de coalizões lideradas pelo Norte para coalizões Sul-Sul nas iniciativas de cooperação internacional. Por um lado, os países do BRICS estão trabalhando

ativamente para dismantelar sistemas de governança globais hegemônicos; por outro, estão buscando novas formas de governança global menos influenciadas pelos EUA. Indicadores das tentativas dos países do BRICS de alterar a atual estrutura de governança hegemônica incluem seu crescente engajamento e suas demandas por reformas dentro da Organização Mundial do Comércio, do Fundo Monetário Internacional e das Nações Unidas. Aspirações por soberania autônoma refletem-se na proposta de um banco de desenvolvimento alternativo e na contestação da hegemonia mundial do dólar americano. Sob a ótica da “faca de dois gumes” do BRICS, a multipolarização da governança global é, simultaneamente, um rearranjo deliberado e uma resposta reativa ao declínio da hegemonia. Apesar de se beneficiarem do declínio dos Estados Unidos, as nações do BRICS estão mais preocupadas em contribuir para o fim de instituições e normas hegemônicas.

Em última análise, a coesão do BRICS não decorre de uma identidade geopolítica comum entre seus membros, mas da convergência de seus objetivos estratégicos. Uma busca versátil, porém determinada, por uma soberania pós-hegemônica manifesta-se na estratégia de via dupla do grupo, que envolve colaborar com instituições hegemônicas, enquanto desenvolve, simultaneamente, mecanismos autônomos. Várias limitações impedem que os esforços do BRICS evoluam para um grupo historicamente unificado que desafie a hegemonia dos EUA, apesar de sua relevância geopolítica. O comércio Sul-Sul ainda está em seus estágios iniciais de desenvolvimento. Ele enfrenta desigualdades significativas, com diferentes perspectivas estratégicas sobre diversos problemas, o que contribui para a sua dependência contínua da economia dos EUA e para outras limitações.

Referências

- Aris, S. 2011. *Eurasian Regionalism – The Shanghai Cooperation*. Palgrave Macmillan.
- Armijo, L.E. 2007. “The BRICs countries (Brazil, Russia, India, and China) as analytical category: Mirage or insight?”. *Asian Perspective* 31 (4): 7–42. <https://doi.org/10.1353/apr.2007.0001>
- Ashford, E. e E. Cooper. 2023. “Yes, the world is multipolar, and that is not bad news for the United States”. *Foreign Policy*, 5 de outubro. <https://foreignpolicy.com/2023/10/05/usa-china-multipolar-bipolar-unipolar/>.
- Bagley, B.M. e M. Defort. 2015. *Decline of the U.S. Hegemony? A Challenge of ALBA and a New Latin American Integration of the 21st Century*.

Lexington Books.

- Bastanifar, I., K.H. Khan, e H. Koch. 2025. "Understanding BRICSIZATION through an economic geopolitical model". *Journal of Open Innovation: Technology, Market, and Complexity* 11 (1): 100440. <https://doi.org/10.1016/j.joitmc.2024.100440>
- Brady, A. M. 2017. *China as a Polar Great Power*. Cambridge University Press.
- Brown, S.S. 2012. *The Future of US Global Power: Delusions of Decline*. Palgrave Macmillan.
- Butler, S. 2018. "Gemeinschaft as the lynchpin of multilateralism: World order and the challenge of multipolarity". *Irish Studies in International Affairs* 29 (1): 17–34. <https://doi.org/10.1353/isia.2018.0005>
- Buzan, Barry. 2025. "Tim Dunne wanted my and Mick Cox's take on the BRICS. Here's mine." *LinkedIn post*. https://www.linkedin.com/posts/barry-buzan-17324530b_tim-dunne-wanted-my-and-mick-coxs-take-on-activity-7324456756644925440-zrtm?utm_source=li_share&utm_content=feedcontent&utm_medium=g_dt_web&utm_campaign=copy
- Cheru, F. 2011. "South–South cooperation: What prospects for a new Bandung consensus?" In *South–South Cooperation: Africa on the Centre Stage*, organizado por R. Modi. Palgrave Macmillan.
- Christensen, S.F. e L. Xing. 2016. "The emerging powers and the emerging world order: Back to the future?" In *Emerging Societies: Global Responses*, organizado por S.F. Christensen e L. Xing. Palgrave Macmillan.
- Cochrane, L. e E. Zaidan. 2024. "Shifting global dynamics: An empirical analysis of BRICS+ expansion and its economic, trade, and military implications in the context of the G7". *Cogent Social Sciences* 10 (1): 2333422. <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2333422>
- Cooper, A.F. 2016. *The BRICS: A Very Short Introduction*. Oxford University Press.
- Cox, Michael. 2025. Comment on Barry Buzan, "Tim Dunne wanted my and Mick Cox's take on the BRICS. Here's mine." *LinkedIn*. https://www.linkedin.com/posts/barry-buzan-17324530b_tim-dunne-wanted-my-and-mick-coxs-take-on-activity-7324456756644925440-zrtm?utm_source=li_share&utm_content=feedcontent&utm_medium=g_dt_web&utm_campaign=copy
- Curran, E. 2016. "China's Marshall Plan". *Bloomberg*, 8 de agosto. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2016-08-07/china-s-marshall-plan>.

- DeConing, C. 2015. "BRICS and coexistence". In *The BRICS and Coexistence: An Alternative Vision of World Order*, organizado por C. DeConing, T. Mandrup, e L. Odgaard. Routledge.
- DeConing, C., T. Mandrup, e L. Odgaard. 2015. "Introduction". In *The BRICS and Coexistence: An Alternative Vision of World Order*, organizado por C. DeConing, T. Mandrup, e L. Odgaard. Routledge.
- DeLeon, E. e E.T. Boris. 2010. *The State of Society: Measuring Economic Success and Human Well-Being*. Urban Institute, NJ.
- DeWet, A.S. 2017. "BRICS keen on own rating agency". *IOL*, 10 de abril. https://www.iol.co.za/business-report/economy/brics-keen-on-own-rating-agency-8576544#google_vignette.
- Dodds, K. e R. Powell. 2013. "Polar geopolitics: New researchers on the polar regions". *The Polar Journal* 3 (1): 1–8. <https://doi.org/10.1080/2154896X.2013.809920>
- Dutkiewicz, P., T. Casier, e J.A. Scholte. 2020. *Hegemony and World Order*. Routledge.
- Duggan, N. 2015. "BRICS and the evolution of a new agenda within global governance". In *The European Union and the BRICS*, organizado por M. Rewizorski. Springer.
- Edelman, M. 2021. "Hollowed out Heartland, USA: How capital sacrificed communities and paved the way for authoritarian populism". *Journal of Rural Studies* 82: 505–517. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2019.10.045>
- Efstathopoulos, C. 2016. "Reformist multipolarity and global trade governance in an era of systemic power redistribution". *Global Journal of Emerging Market Economies* 8 (1): 3–21. <https://doi.org/10.1177/0974910115613695>
- Fukuyama, F. 2013. "The decay of American political institutions". *The American Interest* 9 (3): 6–19.
- Geeraerts, G. 2011. "China, the EU, and the new multipolarity". *European Review* 19 (1): 57–67. <https://doi.org/10.1017/S1062798710000335>
- Garzón, J.F. 2017. "Multipolarity and the future of economic regionalism". *International Theory* 9 (1): 101–135. <https://doi.org/10.1017/S1752971916000191>
- Global Firepower (GFP). 2024. "Countries ranked by military strength". *Global Firepower Index*. Acesso em 6 mar. 2025. <https://www.globalfirepower.com/>.
- Golub, P.S. 2010. *Power, Profit and Prestige: A History of American Imperial*

Expansion. Pluto Press.

Greenaway-McGrevy, R. 2011. "Is GDP or GDI a better measure of output? A statistical approach". *BEA Working Papers*, fevereiro. <https://www.bea.gov/research/papers/2011/gdp-or-gdi-better-measure-output-statistical-approach>.

Griffin, R. 2024. "BRICS expansion could see more downstream oil investment: Analyst". *S&P Global*, 1 de fevereiro. <https://www.spglobal.com/commodity-insights/en/news-research/latest-news/crude-oil/020124-brics-expansion-could-see-more-downstream-oil-investment-analyst>.

Gu, J., R. Carey, A. Shankland, e A. Chenoy. 2016. "Introduction: International development, South-South cooperation and the rising powers". In *The BRICS in International Development*. Palgrave Macmillan.

Gürçan, E.C. 2019. *Multiploidization, South-South Cooperation and the Rise of Post-Hegemonic Governance*. Routledge.

Hopewell, K. 2021. "Trump & trade: The crisis in the multilateral trading system". *New Political Economy* 26 (2): 271–282. <https://doi.org/10.1080/13563467.2020.1841135>

Hopewell, K. 2016. *Breaking the WTO: How Emerging Powers Disrupted the Neoliberal Project*. Stanford University Press.

Ivanova, M.N. 2019. "Inequality, financialization, and the US current account deficit". *Industrial and Corporate Change* 28 (4): 707–724. <https://doi.org/10.1093/icc/dtzo05>

International Monetary Fund. 2022. World Economic Outlook Database.

Jacobs, L.M. e R. Van Rossem 2014. "The BRIC phantom: A comparative analysis of the BRICs as a category of rising powers". *Journal of Policy Modeling* 36 (S1): S47–S66. <https://doi.org/10.1016/j.jpolmod.2013.10.008>

Juncal, S.E. 2018. "The BRICS bloc: An instrument for the development of emerging countries?". *Journal of Critical Economics* 25: 105–120.

Kiely, R. 2015. *The BRICs, US 'Decline' and Global Transformations*. Palgrave Macmillan.

Lawn, P. 2007. "What value is Gross Domestic Product as a macroeconomic indicator of national income, well-being, and environmental stress?". *International Journal of Ecological Economics & Statistics* 8 (7): 22–43.

Liang, X., N. Tian, D. Lopes da Silva, L. Scarazzato, Z. Karim, and J. Guiberteau Ricard. 2025. *Trends in World Military Expenditure, 2024*. Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). <https://>

doi.org/10.55163/AVEC8366

- MacDonald, S.B. e J. Lemco. 2011. *Asia's Rise in the 21st Century*. Praeger.
- McClory, J. 2019. "The Soft Power 30: A Global Ranking of Soft Power". *Portland Communications and USC Center on Public Diplomacy*. <https://portland-communications.com/wp-content/uploads/2024/10/The-Soft-Power-30-Report-2019-1.pdf>.
- Milberg, W. e D. Winkler. 2009. Financialization and the dynamics of offshoring in the US. *SCEPA Working Paper 2009-5*. Schwartz Center for Economic Policy Analysis (SCEPA).
- Mir Hosseini, S.M., A. R. Emami, e F. Zare. 2021. "The United States: the position and power of the hegemon". *American Strategic Studies* 1 (2): 63–91. <https://doi.org/10.27834743/ASS.2018.1026>
- Moch, E. 2024. "The economic and geopolitical significance of the BRICS nations: A comparative analysis of their global influence in the 21st century". *East African Journal of Business and Economics* 7 (2): 86–100. <https://doi.org/10.37284/eajbe.7.2.2310>
- Muhr, T. 2013. *Counter-Globalization and Socialism in the 21st Century: The Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America*. Routledge.
- Murray, D. 2012. Introduction. In *Multipolarity in the 21st Century: A New World Order*, organizado por D. Murray and D. Brown. Routledge.
- Murray, D. e D. Brown. 2012. *Multipolarity in the 21st Century: A New World Order*. Routledge.
- Murray, R.W. 2012. "Arctic politics in the emerging multipolar system: Challenges and consequences". *The Polar Journal* 2 (1): 7–20. <https://doi.org/10.1080/2154896X.2012.679554>
- Noroozi, H. 2024. "New Development Bank of BRICS; Contemplation on institutional rationality and functional attractiveness". *Journal of Countries Studies* 2 (2): 299–329. <https://doi.org/10.22059/jcountst.2024.371704.1110>
- Otero, G. e E.C. Gürcan. 2016. "The Arab Spring and the Syrian refugee crisis". *The Monitor*, Canadian Center for Policy Alternatives, 225: 16.
- Quiliconi, C. e S. Kingah. 2016. "Conclusions: Leadership of the BRICS and implications for the European Union". In *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*, organizado por C. Quiliconi e S. Kingah. Springer.
- Quiliconi, C., S. Zwartjes, and G. Papagnau. 2016. "BRICS: Leadership in the making". In *Global and Regional Leadership of BRICS Countries*, organizado por C. Quiliconi e S. Kingah. Springer.

- Safiuddin, M. 2021. Management & control of economic power. *Insights into Economics and Management* 12.
- Shaw, T.M., A.F. Cooper. e G.T. Chin. 2009. "Emerging powers and Africa: Implications for/from global governance?". *Politikon* 36 (1): 27-44. <https://doi.org/10.1080/02589340903155385>
- Shen, S. 2016. "How China's 'Belt and Road' compares to the Marshall Plan". *The Diplomat*, 6 de fevereiro. <http://thediplomat.com/2016/02/how-chinas-belt-and-road-compares-to-the-marshall-plan/>.
- Singh, R. 2012. "The United States: The eagle untamed". In *Multipolarity in the 21st Century: A New World Order*, organizado por D. Murray e D. Brown. Routledge.
- Song, W. 2016. *China's Approach to Central Asia: The Shanghai Co-operation Organization*. Routledge.
- Stuenkel, O. 2015. *The BRICS and the Future of Global Order*. Lexington Books.
- Stuenkel, O. 2016. *Post-Western World: How Emerging Powers Are Remaking Global Order*. Polity Press.
- Tiezzi, S. 2014. "The new Silk Road: China's Marshall Plan?". *The Diplomat*, 6 de novembro. <http://thediplomat.com/2014/11/the-new-silk-road-chinas-marshall-plan/>.
- UPI. 2016. "World's top 5 arms exporters". *UPI*, 6 de fevereiro. http://www.upi.com/News_Photos/Features/Worlds-Top-5-arms-exporters/3105/.
- US Department of Defense. 2017. "Defense innovation maintains military overmatch against adversaries". *U.S. Department of Defense*, 6 de fevereiro. <https://dod.defense.gov/News/Article/Article/1172099/defense-innovation-maintains-military-overmatch-against-adversaries/>.
- World Bank. s.d.a. "GDP (Current US\$)." *World Development Indicators*. Acesso em 20 fev. 2025. <https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD>.
- World Bank. s.d.b. "Research and Development Expenditure (% of GDP)." *World Development Indicators*. Acesso em 20 fev. 2025. <https://data.worldbank.org/indicator/GB.XPD.RSDV.GD.ZS>.
- World Bank. s.d.c. "High-Technology Exports (% of Manufactured Exports)." *World Development Indicators*. Acesso em 20 jul. 2026. <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TECH.MF.ZS>.
- World Bank. s.d.d. "High-Technology Exports (Current US\$)." *World Development Indicators*. Acesso em 20 fev. 2025. <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.TECH.CD>.

- World Bank. s.d.e. “ICT Goods Exports (% of Total Goods Exports).” *World Development Indicators*. Accessed Feb 20, 2025. <https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.ICTG.ZS.UN>.
- World Economic Forum. 2025. BRICS summit and the geopolitics of the bloc. Acesso em 29 abr. 2025. https://www.weforum.org/stories/2024/11/brics-summit-geopolitics-bloc-international/?utm_source=chatgpt.com.

RESUMO

À medida que a governança global transita de uma unipolaridade liderada pelos Estados Unidos para uma configuração multipolar, os países do BRICS — Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul — assumem um papel de destaque. Este estudo investiga o fenômeno da “multiploidização”, enfatizando a descentralização do controle institucional, a diversificação de padrões e o empoderamento econômico além dos centros tradicionais. A análise recorre a marcos geopolítico-econômicos para examinar a influência do BRICS nos domínios institucional-cultural, militar e econômico, destacando estratégias voltadas à contestação das hegemonias existentes e ao preenchimento de vácuos deixados pela retração ocidental. Por meio da desdolarização e da inovação institucional (como o Novo Banco de Desenvolvimento), o BRICS promove uma ordem pluralista, inclusiva e pós-hegemônica, sinalizando uma transição histórica significativa rumo a uma distribuição mais equitativa do poder global, apesar das disparidades internas.

PALAVRAS-CHAVE

BRICS, Sul Global, Multiploidização.

*Recebido em 18 de junho de 2025
Aprovado em 23 de maio de 2026*

Traduzido por Maria Manoela Ribeiro Spolavori